

## **RESENHA DA OBRA: Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças<sup>1</sup>**

### **REVIEW OF THE WORK: Sex education in the classroom: gender relations, sexual orientation and ethnic-racial equality in a proposal to respect differences**

Márcio de Oliveira\*  
Rosana Trindade de Matos\*\*

A autora Jimena Furlani é professora na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) desde 1994 e, nos últimos 30 anos, vem estudando e pesquisando sobre educação sexual; sexualidade infantil, adolescente e adulta; estudos da relação de gênero e diversidade sexual. São propostas, neste livro, reflexões para construção de uma escola que entenda, debata e respeite as diferenças identitárias. Furlani (2016) buscou evidenciar a não utilização da neutralidade na escrita, escrevendo o material na primeira pessoa do singular, embasando seus esboços, também, na corrente dos estudos feministas e aprofundando as discussões acerca dos efeitos políticos e pedagógicos.

A escolha desse material – para a presente discussão – se deu, justamente, por conta de inúmeros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que vêm ocorrendo no Brasil, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH (2019): Em 2018, o Disque 100 registrou 18.612 denúncias de violação dos direitos sexuais contra o público infanto-juvenil, culminando com a defesa pública de grupos conservadores em que, por exemplo, uma menina de dez anos de idade deveria dar sequência em uma gravidez fruto de um estupro (EL PAÍS, 2020). Tais grupos acabam se mostrando defensores do agressor em detrimento da vítima. É sabido que no Brasil uma gravidez pode ser interrompida em três casos: violência sexual; caso a mãe corra risco de vida e se o feto é anencéfalo. O acesso a essas informações deve ser

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa contou com o apoio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

\* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação e Licenciado em Pedagogia pela UEM. Professor Adjunto na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM). E-mail: marcio.1808@hotmail.com / profmarcioliveira@ufam.edu.br

\*\* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Gestão de Currículo e Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Professora pela Secretaria Municipal de Educação/SEMED. E-mail: rosanamatos83@gmail.com



*This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY*

possibilitado, inclusive, a partir de discussões e debates escolares, portanto, a educação sexual se torna basilar.

Junto a isso, é possível acompanhar vários casos de preconceito, rejeição, discriminação em relação à orientação sexual, etnia/raça, religião etc. A defesa, aqui, é de que esses temas precisam ser discutidos a partir da visão científica nas salas de aula, sempre com rigor teórico e prático, sendo mediados por docentes qualificados/as e materiais adequados. Isto posto, a obra em análise se torna tão necessária e urgente por considerar a violação dos Direitos Humanos em suas várias vertentes.

É preciso categorizar que os aspectos relacionados às diferenças entre as pessoas são culturais. Aqui, pode-se lembrar os escritos de Hall (1997) quando destaca que a capacidade de as pessoas darem sentido às coisas está amparada em “trilhas” de significados que são compartilhadas por meio da cultura e das representações construídas. Portanto, o aparato cultural é bastante relevante para analisar, por exemplo, gênero, diversidade sexual, etnia/raça. E o tratamento desses temas deve considerar o bem comum e a vida em sociedade.

O livro de Furlani (2016) é dividido em oito capítulos e traz reflexões acerca da formação docente, numa articulação entre as políticas e o compromisso público, teoria e a prática propriamente dita; de tal forma, que possibilita aos/às docentes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e até Ensino Superior a exercerem, por meio das práticas pedagógicas e curriculares, o compromisso da construção de uma sociedade que respeite as diferenças sexuais, de gênero, de raça, de classe, etnia, de culto religioso e de condição física.

No primeiro capítulo, que tem como título “Abordagens contemporâneas para educação sexual”, são explicitadas didaticamente, oito possibilidades de abordar a educação sexual contemporânea, não apenas numa concepção biológico-higienista, que até hoje prevalece na discussão do desenvolvimento sexual humano. Furlani (2016) traz argumentos contra esse entendimento, pois as representações acerca da educação sexual estão presentes no universo pedagógico da sala de aula e, para contextualizar de forma contemporânea este tema, há uma necessidade urgente de quebrar paradigmas, divergências, discordâncias entre teorias e políticas no trabalho docente, pois é o/a professor/a quem pensará, planejará e desenvolverá essa educação sexual no espaço escolar. A crítica na abordagem biológico-higienista, que sempre esteve presente nas escolas, se deve ao fato de ser restritamente ligada ao aspecto biológico, por meio das aulas de Ciências e de Biologia, tal crítica é reportada ao determinismo biológico, que caracteriza uma diferença entre homens e mulheres, propagando uma desigualdade sexual e de gênero, além de machismo, misoginia e homofobia, o que implica num currículo limitado e reducionista.

A autora também traz mais dois destaques que merecem ênfase para serem problematizados e questionados. Primeiro: que a educação sexual deva ser dirigida somente aos/às adolescentes; segundo destaque que merece ser questionado: que trabalhar a educação sexual na infância “estaria incentivando a prática sexual precoce” das crianças. Destaques estes, que, junto à educação sexual e formação dos/as docentes, devem ser problematizados e questionados, haja vista não correspondem à realidade.

E, retomando às abordagens apresentadas por Furlani (2016): a moral tradicionalista defende uma educação sexual exclusiva e de competência da família, que desencoraja o controle reprodutivo e legitima a homofobia, renovando sempre apelos conservadores. Essa abordagem muito impacta, pois, no momento contemporâneo, as estatísticas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Atlas da Violência, *site Childhood.org.br*) apontam que a maioria dos casos de violência

sexual ocorre majoritariamente na residência da vítima tendo como principais criminosos: pai, padrastos ou conhecidos.

A terceira abordagem é a terapêutica, por meio desta, acredita-se ser capaz de “curar” os/as homossexuais, de modo que, por meio de orientação de psicólogos/as, poderia haver um processo terapêutico para “curar” tais pessoas. Quanto à abordagem religiosa radical, caracteriza-se pelas rogativas das interpretações bíblicas, usando os argumentos como incontestáveis acerca da sexualidade dita “normal”. Estas abordagens vão contra a construção de respeito às diferenças, sobretudo, pelo fato de minimizar os aspectos de gênero e sexualidade, culminando em perspectivas preconceituosas, discriminatórias, não sadias.

Para além das concepções citadas acima, a autora expõe possibilidades que unem o reconhecimento das diferenças, a discussão crítica das características humanas, o uso da cientificidade nas práticas escolares. São as abordagens de educação sexual denominadas: de Direitos Humanos, dos Direitos Sexuais, a Emancipatória e a *Queer*. Todas essas quatro perspectivas estão mais próximas do reconhecimento da diferença de forma positiva e benéfica, de maneira a não excluir e nem segregar as pessoas por conta de suas características de gênero e orientação sexual.

Em “Pressupostos teóricos e políticos de uma educação sexual de respeito às diferenças – argumentação a favor de um currículo pós-crítico”, que compõe o segundo capítulo da obra, Furlani (2016) defende um embasamento para além de argumentos teóricos e, sim, num currículo pós-crítico, pois, este possibilita um olhar para o sujeito (criança, jovem, adulto/a), como pessoa de gênero, crença religiosa, raça, orientação sexual, etnia, pois, estas são identidades culturais que formam os sujeitos e determinam sua interação social e não apenas sua classe social.

O capítulo três, que leva como título “Educação sexual para/na infância”, convida a olhar para as crianças, viabilizando o entendimento de que a sexualidade é constituída discursivamente e se manifesta na infância, o que, devido ao grande tabu sobre a temática, limita o entendimento educacional numa perspectiva hegemônica, de que essa abordagem da sexualidade deva acontecer somente na adolescência. Como bem descreve a autora, esse pensamento hegemônico sempre “atrasa” as expectativas e as práticas sociais das crianças e, com isso, atrasa, também, a capacidade da escola de mudar comportamentos a partir da importância da troca de informações e das discussões que ela pode oferecer.

“Meu nome tem uma origem, e eu me orgulho dela – as crianças do livro explicitam diferenças identitárias” é o texto que forma o quarto capítulo, sendo bastante provocativo, constituído de seis vidas infantis, seis histórias adultas e muitas aprendizagens. Viabiliza o entendimento de multiplicidade, a qual promove a visibilidade positiva do ser humano para, assim, criar mecanismos de reflexão e superação contra as mais diversas formas de preconceitos, discriminação e exclusão social contra homens e mulheres, negras/os, homossexuais, feministas, pacifistas, ativistas políticos, indígenas, dentre outros/as, nos fazendo compreender a importância histórica dos movimentos sociais e que o ser humano é diverso e diferente.

O capítulo cinco é intitulado “Educação sexual - possibilidades didáticas a um começo na Educação Infantil e no Ensino Fundamental” e enfatiza que a educação sexual não pode ficar de fora dos currículos escolares, uma vez que o desenvolvimento é integral do indivíduo, contudo, não se pode compreender de modo fragmentado e, sim, de modo abrangente, como, por exemplo, a sexualidade infantil. Essa perspectiva contribui para o reconhecimento dos direitos da criança, e apresenta reflexões e práticas pedagógicas da educação sexual voltadas para a infância, enriquecendo o conhecimento de um professor da Educação Infantil até o/a professor/a do Ensino Universitário. A educação sexual é uma prática que deve acompanhar a vida dos/as estudantes,

de modo que em cada faixa etária há um formato e um tema a ser discutido, temas esses, que perpassam pelo conhecimento do próprio corpo; analisar os limites do corpo e toques indesejados; o sexo seguro; a constituição familiar; o reconhecimento das diferenças; a não segregação entre as pessoas; o combate ao preconceito etc.

Furlani (2016) discute no capítulo seis que “Informações apenas não mudam comportamento? A educação sexual e a construção de uma cultura de prevenção”, em que apresenta alertas sobre a intencionalidade das informações por meio do trabalho docente. Um trabalho sem comprometimento, sem conhecimento e também desprovido da reflexão não gera necessariamente mudanças no ambiente e no ser humano. Destaca, ainda, que discutir a sexualidade preventiva na Educação Infantil é uma atitude pedagógica e mais uma vez alerta que não deve ser apenas no viés biológico.

O próximo capítulo “Educação sexual para adolescentes – anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” apresenta o desenvolvimento da educação sexual para além das possibilidades metodológicas, considerando a passagem de um corpo infantil para um corpo adulto. Este capítulo aborda dois períodos: de mudança e de “maturação biológica”, também chamada de puberdade; o outro período é o aprendizado e a “maturação de ordem emocional, social e de vida sexual”, chamado de adolescência. É um criativo capítulo, pois sugere 12 atividades que vão colaborar no fazer pedagógico dos/as docentes resgatando fatos históricos, a discussão de casos e, principalmente, ressignificando conceitos e desconstruindo saberes preconceituosos.

Finalmente, o oitavo capítulo “Raça, etnia e identidades étnico-raciais – reflexões históricas, conceituais e políticas à Educação de respeito às diferenças” tem um caráter de discussões atuais que envolvem raça, etnia e políticas públicas para a igualdade étnico-racial, discussões, estas, trazidas para o contexto educacional e sobre a realidade dos/as indígenas e negros/as do Brasil. A autora descreve posicionamentos quanto as políticas afirmativas de forma bem ousada, no sentido de resistir a toda forma das relações de poder existentes no contexto pedagógico e social, pois a mera inclusão curricular da Educação Sexual, sobre a hegemonia dos/as conservadores/as, não será suficiente para uma mudança social.

À vista disso, a leitura revela grande possibilidade de temas caros à área educacional, de maneira que – se bem trabalhados, articulados, planejados, referenciados – podem contribuir na emancipação de alunos/as das mais variadas etapas e modalidades da educação. A autora destaca a relevância das pesquisas científicas e acadêmicas para as questões que envolvem a diversidade humana. E, sobretudo, em momentos em que a pluralidade tem sido alvejada por grupos conservadores, é basilar que a escola se reinvente, buscando criticar o autoritarismo, colocando em pauta os direitos sociais e contribuindo no enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais.

O estudo desse livro, a partir do exposto, mostra-se de grande valia para quem está investigando temáticas relacionadas às diferenças entre as pessoas, sobretudo em relação a gênero, orientação sexual e diversidade étnica/racial, já que atinge os objetivos anunciados nas páginas introdutórias, sendo de grande contribuição para a academia e o meio escolar, apresentando discussões teóricas e práticas, conforme apontado. Destaca-se, também, a relevância deste livro aos/às profissionais que se deparam com a realidade educacional, principalmente em se tratando da prática pedagógica: profissionais formados/as ou em formação.

Recebido em 21/10/2020. Aceito em 29/06/2022

## Referências

EL PAÍS. **Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital**. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>>. Acesso em: 22 set. 2020.

HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart (Org.). **Representation** – cultural representations and signifying practices. London: Sage/The Open University, 1997. p. 01-12.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MMFDH. **Crianças e adolescentes: balanço do Disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/criancas-e-adolescentes-balanco-do-disque-100-aponta-mais-de-76-mil-vitimas>>. Acesso em: 28 set. 2020.